

Na indústria, emprego só voltará ao que era antes da crise em 2032

Por Bruno Villas Bôas

Com a produção estagnada neste início de ano, a indústria é o setor mais distante de recuperar os empregos perdidos ao longo da crise econômica. Cálculos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (ledi) mostram que, mantido o atual ritmo de contratações, o setor levará 13 anos para retomar o nível pré-recessivo de vagas - ou seja, apenas em 2032.

Para chegar a essa conclusão, o ledi levou em conta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados na sexta-feira. A indústria geral (que inclui transformação e extrativa, sem a construção) empregava 11,86 milhões de pessoas no trimestre móvel até maio, 0,8% a mais do que no mesmo período de 2018. Isso representa um incremento de apenas 92 mil postos de trabalho no período de um ano.

"A indústria está com dinamismo muito baixo neste começo de ano. A fase recessiva que a produção vem enfrentando nos últimos meses fez o setor perder o protagonismo que tinha apresentado na saída da crise, em 2017", diz Rafael Cagnin, economista-chefe do ledi, acrescentando que o emprego no setor industrial chegou a crescer 5% na virada de 2017 para 2018.

O momento mais negativo da indústria é resultado de uma combinação de fatores como as turbulências do período eleitoral e as incertezas sobre o avanço da agenda de reformas estruturais do governo, aliadas a um cenário externo mais desafiador, com a desaceleração da economia mundial e da crise comercial entre os EUA e a China. A crise da Argentina também pesa.

Com o lento ritmo de recuperação, o setor industrial tem hoje 1,2 milhão de postos de trabalho a menos do que no trimestre móvel até maio de 2015, ano em que a crise econômica chegou ao mercado de trabalho. É o pior desempenho entre as dez atividades acompanhadas pelo IBGE, seguido por agropecuária (-830 mil) e construção (-702 mil).

Um levantamento do ledi obtido pelo Valor detalha o comportamento do emprego especificamente na indústria de transformação, segmento industrial que paga melhores

INFORME

salários (em média, 10% acima dos demais). O quadro, porém, não difere muito do restante da indústria, mostrando perda de dinamismo.

No primeiro trimestre de 2018, a indústria de transformação havia adicionado 230 mil postos de trabalho em relação ao mesmo período de 2017. Porém, essa recuperação perdeu fôlego. Na comparação entre os primeiros trimestres de 2019 e 2018, o acréscimo foi menor, na faixa de 85 mil empregos, segundo os cálculos do Iedi, baseados nos microdados do IBGE.

Dentre os cinco ramos da indústria de transformação com maiores contingentes de empregados com carteira assinada, três tiveram aumento no número de trabalhadores de 2017 a 2019: borracha (12,7%), veículos automotores (8,4%) e produtos de metal (3,2%). No lado negativo estavam confecção e vestuário (-6,7%) e fabricação de produtos alimentícios (-3%).

Para o Iedi, o fraco desempenho do emprego na indústria de transformação tem implicações ruins para o mercado de trabalho tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Além de ser o terceiro maior empregador, atrás de serviços e comércio, o setor tem 63% de sua mão de obra formalizada, com carteira assinada.

Na sexta-feira, o IBGE divulgou a taxa de desemprego para o trimestre encerrado em maio. A desocupação ficou em 12,3%, o equivalente a 12,984 milhões de pessoas. Esse total é 0,5% menor do que nos três meses imediatamente anteriores (o equivalente a 70 mil pessoas) e 1,6% menor do que no mesmo período do ano passado (206 mil pessoas a menos).

Já o rendimento dos trabalhadores foi de R\$ 2.289 no trimestre I encerrado em maio. Esse valor é 1,5% inferior ao registrado nos três meses encerrados em fevereiro (R\$ 2.323) e 0,2% menor que o apurado no mesmo período do ano passado (R\$ 2.292).

Os melhores empregos no Brasil são os que mais crescem

Por João Saboia

Uma das maiores preocupações na atual conjuntura econômica é a alta taxa de desemprego e o pequeno volume de novos empregos que têm sido criados no país. O Brasil, entretanto, não está condenado a continuar nessa situação e a médio prazo há condições de superação dessas dificuldades desde que haja disposição para seu enfrentamento.

INFORME

Não é preciso recuar muito no tempo para se encontrar um período bastante favorável para o mercado de trabalho. Entre 2004 e 2014, embora a economia tenha passado por períodos mais favoráveis e outros nem tanto, houve uma combinação virtuosa de crescimento do emprego e dos salários, redução da informalidade e, conseqüentemente, redução da taxa de desemprego, que mal passava de 6% no final do período.

A partir do aprofundamento da recessão de 2014 e da forte crise que se instalou no país em 2015 e 2016, houve redução do nível de emprego e a taxa de desemprego mais que dobrou. Nos últimos dois anos, a economia continua patinando, trazendo dificuldades para o mercado de trabalho, que vem se recuperando muito lentamente.

Uma análise mais desagregada do mercado de trabalho nos últimos anos pode nos trazer ensinamentos sobre como agir para superar as dificuldades no futuro. É isso que tentamos fazer adiante a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Emprego, salário e taxa de crescimento do emprego

2003 a 2017

	Emprego	Salário médio 2017	Taxa de crescimento do emprego (%)		
			2003/2010	2010/2017	2003/2017
Pesquisadores e profissionais polícitíficos	37.742	11.234	106	50	210
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	225.988	2.170	78	31	133
Profissionais das ciências jurídicas	144.349	12.890	81	27	129
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	551.619	8.570	95	17	129
Profissionais das ciências sociais e humanas	1.048.088	6.133	83	23	124
Trabalhadores de atendimento ao público	2.410.534	1.448	82	19	116
Outros técnicos de nível médio	349.080	3.390	77	21	114
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	1.013.975	5.837	62	30	110
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	167.338	3.436	42	38	96
Técnicos nível médio ciências biológicas, bioquím., saúde	1.203.290	2.347	55	26	95

Fonte: RAIS

O período analisado vai de 2003 a 2017, incluindo a fase de maior crescimento da economia até 2010, a desaceleração nos anos seguintes até 2014, e a recessão e crise dos anos mais recentes. As ocupações são apresentadas segundo os 45 subgrupos principais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Por serem informações da RAIS, apenas o setor formal da economia está coberto, sendo, portanto, excluído todo o setor informal do mercado de trabalho.

Nesse período, o volume de empregos formais passou de 29,5 milhões em 2003 para 46,3 milhões em 2017. Sem dúvida, um crescimento expressivo. Os dados do período 2003/2017 são também separados em dois subperíodos: 2003/2010, de maior 3

INFORME

crescimento, quando o PIB aumentou 33,6%; e 2010/2017, de desaceleração e crise da economia, quando o aumento foi de apenas 3,4%. O objetivo é diferenciar a geração de empregos em anos melhores e piores.

A tabela mostra os dez subgrupos ocupacionais que apresentaram as maiores taxas de crescimento do emprego no período 2003/2017. Em 2017, eles correspondiam a 7,2 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais de 15% do total. As taxas de crescimento variam entre 95% para os técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas e da saúde e 210% para os pesquisadores e profissionais policientíficos.

Entre os dez subgrupos que apresentaram os dados mais favoráveis, cinco são profissionais de nível superior, três são técnicos de nível médio, um é da área de serviços (trabalhadores de atendimento ao público) e um agrícola (trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal).

Os profissionais de nível superior destacados são das mais diversas áreas, movendo-se entre as ciências exatas, jurídicas, humanas e da saúde, entre outras. Seus salários são bastante elevados para o padrão do país. Os três subgrupos de técnicos de nível médio cobrem também várias áreas como nos transportes, na saúde ou em outras especialidades.

“Será necessário enfrentar os desafios da educação em geral e da formação profissional de alto nível em particular”

O destaque para o pessoal da mecanização agropecuária não chega a surpreender tendo em vista a modernização agrícola ocorrida no país nos últimos anos. Da mesma forma, o destaque para os trabalhadores de atendimento ao público simplesmente confirma a importância do setor de serviços na geração de empregos no Brasil. Esses últimos, entretanto, estão em uma outra escala em termos de qualificação, recebendo salários bem inferiores aos dos profissionais de nível superior e técnicos de nível médio.

Os dez subgrupos da tabela são bastante heterogêneos quando considerado o volume de emprego e o nível de salário. Em 2017, variavam entre 38 mil pesquisadores e profissionais policientíficos e 2,4 milhões de trabalhadores de atendimento ao público. Em termos salariais, entre R\$ 1.448 para estes últimos e R\$ 12.890 para os profissionais das ciências jurídicas.

Outra informação importante sobre os dez subgrupos ocupacionais é que eles continuaram gerando novos empregos mesmo no período 2010/2017 de desaceleração e crise da economia, com taxas que variaram entre 17% para os profissionais das ciências exatas, física e engenharia e 50% para os pesquisadores e profissionais policientíficos.

INFORME

Em resumo, a experiência do país nos últimos 15 anos mostra que a demanda por trabalhadores qualificados foi elevada, mesmo quando a economia desacelerou. Portanto, é preciso se preparar para o futuro quando a economia se recuperar, entrar definitivamente na quarta revolução industrial, e a demanda por tais trabalhadores for bem maior. Para isso, além da modernização tecnológica estrito senso, será necessário enfrentar os desafios da educação em geral e da formação profissional de alto nível em particular, tanto em nível técnico quanto em nível de ensino superior.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IEUFRJ).

Este artigo é um pequeno resumo de uma pesquisa mais ampla que está sendo desenvolvida pelo autor e alunos do IE-UFRJ com apoio do CNPq. E-mail: saboia@ie.ufrj.br.

Na crise, 60% das cidades criaram vaga com carteira

Por Álvaro Fagundes

A recessão iniciada em 2014 e o fraco crescimento do período de 2017-2018 deixaram um rastro de quase 2 milhões de empregos com carteira perdidos, mas a maior parte das cidades não viu esse desastre no mercado de trabalho nos últimos cinco anos.

Na realidade, seis em cada dez municípios brasileiros tiveram saldo positivo de vagas formais nos anos de 2014 a 2018, segundo dados do Caged (a base de dados do governo sobre o mercado de trabalho com carteira assinada).

Nesse período, a economia nacional passou por uma recessão (do segundo trimestre de 2014 ao fim de 2016) e não engrenou uma retomada mais forte desde então.

Esse grupo de 3.307 cidades (na sua maioria com menos de 50 mil habitantes) foi responsável por um saldo positivo de 642 mil postos de trabalho em cinco anos, suficiente apenas para reduzir o impacto das 2,5 milhões de vagas perdidas em outros 2.207 municípios do país - 56 locais ficaram com saldo zerado no período.

O dado está longe de ser motivo de euforia, já que esse mesmo conjunto de cidades produziu quase o triplo de vagas nos cinco anos anteriores: 1,8 milhão de postos entre 2009 e 2013. Mas aponta que a crise não atingiu o país de maneira uniforme.

INFORME

Esses municípios, em sua maioria de pequeno porte, representavam 67 milhões de habitantes em 2018.

O retrato desse grupo mostra que não há uma história única que explique o sucesso dessas localidades, mas há algumas características que as unem.

A mais clara é que quanto menor a cidade, maior a chance de ela estar no segmento que teve saldo positivo.

Enquanto entre os 46 municípios com mais de 500 mil habitantes apenas um (a catarinense Joinville) teve geração positiva, no caso das localidades com entre 20 mil e 50 mil habitantes, a proporção é de 57% de sucesso - fatia que chega a 62% entre as com 10 mil e 20 mil e 64% nas com menos de 10 mil.

A outra é que não é um caso isolado: em 21 Estados, ao menos metade dos municípios teve criação de emprego com carteira assinada, liderados por Goiás, com 78,5%.

No balanço negativo, porém, estão dois dos três Estados de maior população do país (São Paulo e Rio de Janeiro), além de Espírito Santo, Alagoas e Amapá.

Os dados mostram também um vigor do setor de serviços que não foi visto no restante no país. Foram 412 mil vagas geradas nas 3.307 cidades, ante 159 mil postos perdidos nos locais com saldo negativo no Caged.

Um exemplo desse sucesso do setor de serviços é a paranaense Medianeira, de 45,8 mil habitantes, a menor cidade entre as dez que mais criaram trabalho com carteira assinada no país: 4.147 vagas no total, sendo que 2.844 vieram do setor de serviços.

De acordo com Rita Maria Schierholt, presidente da Associação Empresarial de Medianeira, o município "não viu crise".

Ela afirma que um dos motivos para a geração de emprego não ter perdido tanta força (foram 6.172 vagas entre 2009 e 2013) é que o setor imobiliário e o sistema bancário têm registrado nos últimos anos um desempenho acima da média do país, além da presença de empresas de tecnologia que estão atraindo novos investidores para o município.

"Isso contribui para a oferta de emprego, principalmente para o profissional jovem que em outras regiões tem dificuldade para se inserir no mercado de trabalho", afirma a dirigente local.

INFORME

Para Jair Pereira dos Santos, diretor do sindicato local dos comerciários, a cidade sentiu o abalo da crise do país, já que as pessoas ficaram mais cautelosas na hora de gastar, mas não com o mesmo impacto que em outras cidades.

Ele também alerta que diminui muito a chegada de ônibus com pessoas de outros municípios da região para trabalhar na cidade. "Eram 30, 40 ônibus por dia. Hoje são 15, 20", afirma.

Ele vê dois fatores principais para que a cidade tenha continuado a produzir emprego nesse período de recessão e baixo crescimento: pequena agricultura forte e a indústria local, especialmente a voltada para a alimentação.

No primeiro caso, os pequenos agricultores continuaram movimentando o comércio, o que deixou a economia local aquecida, atingindo ainda o setor de serviços.

Já em relação à indústria, a cidade é sede do frigorífico Frimesa (especializado em suínos), e viu sua exportação mais que dobrar de 2013 para cá.

Lideradas pelas vendas de carne suína principalmente para Hong Kong e Cingapura, as exportações do município somaram US\$ 100 milhões no ano passado, ante US\$ 47 milhões cinco anos antes.

Histórias como a de Medianeira explicam por que mesmo a indústria, a grande vilã do emprego no período 2014-2018, com mais de 1 milhão de vagas perdidas, sobreviveu nesse conjunto de cidades.

O setor criou 71 mil postos de trabalho, com 1.794 cidades tendo saldo positivo - nesse quesito, as lideranças foram dos serviços (2.667) e do comércio (2.587 municípios).

A construção foi o único setor com saldo negativo nesse grupo, com 19,5 mil postos perdidos.

www.valor.com.br/especial/caged